

II
PARTE

**NOVAS UNIDADES POLÍTICAS FORMADAS PELOS GRUPOS
MIGRATÓRIOS E IMPERIALISTAS**

CAPÍTULO I

SUAZIS (Swazi)

Entre os diversos reinos que emergiram das grandes transformações ocorridas no Natal no início do século XIX, o de Ngwane foi o primeiro a formar-se. Posteriormente foi bastante influenciado pela organização política e militar multitribal criada por Chaka. Segundo a tradição, o clã dirigente dos swazis, *Nkosi Dlamini*, veio do Norte nos fins do século XV e estabeleceu-se durante algum tempo na região de L. Marquês, entre os Tembes. Parece que até ao reinado de Mbandzeni (c. 1875-1889) foram proibidos os casamentos entre estes dois clãs. Há outros elementos a suportar esta hipótese, entre os quais se conta a identificação feita pelo mesmo rei entre os Ngwanes e os Thongas e a sua afirmação de que os primeiros pertenciam à família reinante dos Tembes (¹⁰⁴).

É possível que a expansão dos Ngwanes se deva ao declínio da tribo Tembe, na segunda metade do século XVIII. Esta última, com o poderio reforçado pelos contactos comerciais que mantinha na Baía do Espírito Santo, conseguira até então alargar consideravelmente os seus domínios, mantendo em respeito os vizinhos Ngwane e Ndwandwe.

Durante a chefia de Ngwane III, na segunda metade do século XVIII, aproveitando o declínio dos Tembes, os Dlaminis atravessaram os Libombos e fixaram-se entre os rios Pongola e Usutu. Os seus sucessores iniciaram a conquista dos povos circunvizinhos. Segundo Hilda Kuper, cerca de vinte clãs compunham o reino inicial, sendo mais importantes os seguintes: *Hlophe*, *Mndzebele*, *Motsa*, *Shiba*, *Shongwe*, *Mamba*, *Fakudze*, *Mdluli*, *Matsebula*, *Ngwenya*, *Simelane*, *Tsabetse* e *Zwane*. Os subclãs

Maziya e *Mahlalela*, este último disperso pela região da Namaacha, separaram-se dos Dlamini no princípio do século XIX.

Sobhuza I, falecido cerca de 1839, envolveu-se em conflito com Zwide, chefe angune dos Ndwandwe, e, com o seu povo, foi forçado a retirar para o planalto central, submetendo os clãs de origem sotho a alguns de origem angune que então o ocupavam. A esta segunda massa de componentes pertencem os clãs *Gama*, *Magagule*, *Maseko*, *Mnisi*, *Bembe*, *Mncina*, *Gwebu* e *Ngomane*.

Sobhuza I, hábil diplomata, veio posteriormente a tomar como sua principal mulher, uma filha de Zwide. Brindou também Chaka com duas princesas da casa real. Permitiu a Sochangana que atravessasse o reino sem ser hostilizado, favor que este chefe retribuiu oferecendo uma das suas filhas ao sucessor, Mswati II.

Dingane, depois de batido pelos Boers, e por seu irmão Mpande, foi morto por um chefe Swazi, em 1840.

Mswati II foi o último rei-guerreiro dos Swazis. Os seus regimentos atacaram repetidamente os Sothos, capturando prisioneiros e gado e chegando a atingir o actual território da Rodésia. Sustentou Mawewe na sua luta contra Mzila. Já depois de lhe conceder guarida e terras, por três vezes mandou os seus regimentos atacar as terras tanto de Muzila como dos Portugueses. Desistiu finalmente, parece que devido às privações e às baixas por doença sofridas pelos seus guerreiros nas planícies insalubres do sul de Moçambique.

Justo e generoso viu o seu reino engrossado por numerosos grupos de refugiados que formaram um terceiro componente étnico. Inclui clãs sothos, angunes (*Ndwandwe*, *Hlatshwako*, *Vilikazi*) e thongas (*Biyela*, *Thomo*). Os aproximadamente setenta clãs desta nação heterogénea têm a seguinte origem presumível: 70% angunes, 25% sothos e 5% tsongas.

A morte de Mswati II em 1858 seguiu-se um período de lutas intestinas e de activa interferência dos europeus. Em 1902 os Britânicos assumiram o controlo político da Suazilândia. Foi proclamada a sua independência em 1969, com o nome do lendário fundador da nacionalidade: Ngwane. A organização social, as normas de conduta e os costumes tradicionais ainda marcam profundamente a existência da jovem nação.

*

No topo da hierarquia tradicional situavam-se o monarca *Ingwenyama* e a rainha-mãe *Indlovukati*. O título oficial do primeiro era

escolhido, de modo irregular, entre vários nomes reais, com predilecção para Ngwane, Mswati e Sobhuza.

Considerava-se como capital a povoação onde vivia a rainha-mãe. Constituía simples secção desta a própria povoação real. A designação dada às capitais era periodicamente repetida.

Ambos eram tratados com especiais deferências e rituais, defendidos com medicamentos-mágicos de potência ímpar, ornamentados com insígnias e vestuários exclusivos. A pena vermelha do flamingo constituía a principal insígnia da *Indlovukati*. Recebiam o título de *Inkosi* e eram comumente designados por «gémeos».

Era delicado esse equilíbrio do poder. O monarca presidia ao tribunal supremo e outrora só ele tinha competência para sancionar as condenações à morte; mas a rainha-mãe dispunha do seu próprio tribunal supremo, podendo os seus conselheiros tomar parte nos debates do anteriormente citado. Só estes dois tribunais tinham competência para julgar casos de traição, homicídio e feitiçaria. O monarca controlava o exército e ordenava as incursões militares; mas o comandante-em-chefe podia residir na capital da rainha-mãe, onde, além disso, estacionavam alguns regimentos, sob o comando de príncipes. Os símbolos nacionais de carácter sagrado e incomparável potência mágica eram guardados pela *Indlovukati* mas apenas eram efectivos com a colaboração do *Ingwenyama*. No caso deste último desbaratar a riqueza nacional e faltar ao cumprimento dos seus deveres, cumpria a sua mãe repreendê-lo severamente.

Quaisquer conflitos entre as duas figuras reais representavam séria ameaça para a segurança nacional. Não admirava, por isso, que existissem normas visando precavê-los. Assim, considerava-se necessário que a rainha-mãe tivesse apenas um filho; mesmo que enviuvasse jovem não era abrangida pelo costume do levirato, devendo guardar castidade. A separação obrigatória entre as duas povoações minimizava os contactos directos e riscos de discórdia. Em nenhuma circunstância podia o *Ingwenyama* partilhar o governo com as suas esposas. No caso de falecimento da *Indlovukati* era, em sua substituição, designada uma rainha-mãe classificatória.

Para o rei ficar magicamente protegido dos seus rivais e inimigos, e das influências malignas de actividade sexual formava «aliança de sangue» com uma mulher e dois homens pertencentes a clãs específicos. Os últimos recebiam o título de *tinsila* (pl.). Eram escolhidos por ocasião da designação do sucessor ao trono, entre indivíduos de idade aproximada da sua. O *insila* (sing.) da «mão direita», com funções militares, pertencia ao clã Mduli, o da «mão esquerda», com funções especiais na *incwala*

e no funeral do rei saía do clã Motsa. Depois do ritual mágico da troca de sangue, ficava a existir entre os três um laço de natureza compulsiva e acção automática.

A escolha das duas primeiras mulheres do rei, feita em nome da Nação, estava correlacionada com a dos *tinsila*: a primeira pertencia ao clã Matsebula, sendo o seu matrimónio selado por ritos específicos, semelhantes aos dos *tinsila* mas acrescidos com complementos de carácter pronunciadamente militar. Algumas semanas depois procedia-se ao casamento do monarca com a predilecta do clã Motsa em ritual simples, sem transferência de sangue. As primeiras mulheres dos dois *tinsila* eram seleccionadas pelo conselho do reino e loboladas com gado retirado dos currais reais.

Até ao reinado de Mswati idênticas práticas observavam os chefes de outros clãs dirigentes, incluindo o Mahlalela, predominante na região da Namaacha.

De resto era reconhecido ao monarca o direito de tomar como esposa qualquer rapariga solteira, com dispensa do pagamento de lobolo. As esposas reais eram chamadas «mães do país» e atingiam o apogeu da sua importância quando os filhos, já adultos, eram nomeados para o desempenho de funções importantes, como governadores de distrito.

Entre o *Ingwenyama* e os seus parentes prevalecia uma relação ambígua: a par de conselheiros eram também rivais. Os seus meio-irmãos não podiam viver permanentemente na capital nem aproximar-se demasiadamente de si ou da rainha-mãe. Adoptava-se normalmente o artifício da sua nomeação para cargos que os mantivessem afastados da corte, como governadores de distrito, cargos em que gozavam os benefícios da riqueza e do poder (*) que competiam à sua alta linhagem.

As parentes do monarca concediam-se em casamento aos dirigentes regionais, sendo os respectivos filhos indigitados como herdeiros. A sua irmã ou meia-irmã mais velha recebia o título de *Inkosatana* e, na escala hierárquica, seguia-se imediatamente à rainha-mãe.

O poder quase absoluto de que gozavam os membros do clã real dos Dlamini era contrabalançado pelos conselheiros, *tindvuna*, que exerciam importantes funções administrativas. Os comandantes dos regimentos

(*) Eduardo Noronha, numa obra publicada em 1900, sob o título «História das Toiradas», narra, com sólido conhecimento dos costumes swazis, as cerimónias fúnebres realizadas pelo chefe Um-Badine, após o falecimento de uma das suas 150 esposas. Assistiram a elas cerca de 20 000 súbditos, para quem foram abatidas, com impressionante perícia, por um grupo de cinco guerreiros, cinquenta cabeças de gado.

eram escolhidos pelo rei tendo em consideração a sua lealdade, o seu sentido da disciplina, e o seu conhecimento da organização militar. Além dos conselheiros, os dirigentes ponderavam as opiniões expendidas pelo *licoco*, espécie de conselho da coroa composto não só por aristocratas mas também por plebeus de invulgar prestígio e competência. A *libandla*, assembleia nacional, incluía todos os governadores distritais, os seus principais conselheiros e os mais proeminentes chefes de povoação. Qualquer súbdito podia assistir às sessões, realizadas no curral do gado, com a assistência do monarca e da rainha-mãe.

O reino encontrava-se dividido em distritos, *tive*, cada qual sob a direcção de um *sikhulu* recrutado entre os membros da família real, os chefes clânicos ou os indivíduos merecedores de especial distinção.

Os distritos subdividiam-se em *tifundza*, comunidades locais de parentesco sob a égide de um *tindvuna*.

A orgânica de cada distrito seguia, nas suas linhas gerais, à preva-
lecete no governo central, com as responsabilidades políticas e rituais
compartilhadas entre o *sikhulu* e a respectiva mãe, com as delegações
concedidas a conselheiros e com a audição do *licoco* e da *libandla* distritais.

*

Existia uma relação pessoal entre cada chefe e os respectivos súbditos. Estes ofereciam vassalagem, *Kukhonta*, e, em troca de serviços e tributos, o primeiro concedia-lhes terras e protecção, assistência económica e ritual, permissão para participarem activamente nas assembleias e conselhos. Como a importância de cada governador distrital dependia do número dos súbditos, as tendências para atitudes despóticas eram minimizadas pelas possibilidades abertas a estes últimos de transferirem a sua vassalagem para chefes do seu agrado ou, então, de recorrerem para o *Ingwenyama* e a *Indlovukati*.

Os próprios cativos de guerra, *tigcili*, embora com um estatuto diferente dos súbditos, tinham direitos específicos, não podendo classificar-se como escravos, no sentido que habitualmente damos a este termo.

*

O reino Swazi, embora fundado antes do processo de expansão Mthethwa-Zulu ter atingido o seu apogeu, foi igualmente influenciado pelo sistema militarista do seu vizinho meridional. Conseguiu efectuar, no entanto, uma síntese muito própria.

Os regimentos, *libutfo*, eram formados por ordem do monarca cada 5 ou 7 anos, incorporando os jovens da mesma classe de idade prestes a atingir a maturidade. Distinguiam-se pelo nome, pela insígnia, pelos cantos, pelos aquartelamentos e pelo corpo de oficiais. Os membros do mesmo regimento consideravam-se unidos por laços de lealdade e mútuas obrigações. Os transgressores podiam ser ridicularizados, multados, punidos corporalmente ou votados ao ostracismo. A maioria dos guerreiros residia nas suas povoações sob a autoridade imediata de chefes territoriais que pertenciam quer à linhagem real quer às famílias dirigentes das tribos conquistadas pelos invasores Ngwane. Contudo, os mais aguerridos e ambiciosos preferiam concentrar-se na capital onde viviam permanentemente aquartelados constituindo algo como uma guarda real. Só na perspectiva de campanhas ao nível nacional eram convocados os restantes membros de cada regimento. Antes do exército partir em campanha reunia-se na capital para, sob a orientação do rei, ser protegido pelos mágicos nacionais oriundos de determinados clãs. O principal rito era constituído pela amputação do quarto trazeiro dum touro negro, o qual, depois de medicado, era distribuído pelos guerreiros, tendo em vista conseguir o seu regresso vitorioso e resguardá-los contra os perigos derivados do sacrifício de vidas humanas.

A par desta protecção colectiva, cada guerreiro procurava obter medicamentos-mágicos individuais.

O monarca jamais participava directamente nas actividades bélicas. Durante a ausência dos seus regimentos, assistido pelo especialista na magia de guerra, dedicava-se a diversas práticas procurando, por meios sobrenaturais, destruir o inimigo.

No seu regresso o exército não era submetido a rituais colectivos. Mas qualquer guerreiro que houvesse abatido inimigos era convenientemente purificado, passando a usar um colar com amuletos, símbolo dos feitos cometidos e meio de defesa contra a vingança dos espíritos dos inimigos abatidos.

*

O sistema jurídico era relativamente desenvolvido e centralizado. Numa primeira fase, o conselho de família tentava resolver conciliatoriamente o pleito. Caso fracassasse recorria-se ao tribunal distrital e, em última instância, aos tribunais supremos do *Ingwenyama* ou da *Indlovukati*.

Os chefes eram assistidos por conselheiros, podendo, no entanto, qualquer varão adulto participar na discussão. Apenas se recorria à adivinhação e aos ordálios nos casos de presumível feitiçaria. Distinguiam-se dois tipos de casos: aqueles em que a parte ofendida se indemnizava por meio duma compensação e aqueles em que eram devidas reparações ao chefe como representante da comunidade tribal, reparações que podia distribuir pelo ofendido ou sua família. Estes últimos incluíam todos os casos de homicídio e ofensas corporais. As penas compreendiam multas, ostracismo e morte. A prisão e os castigos corporais eram desconhecidos.

O poder e a riqueza eram herdados de varões e por varões, embora transmitidos por intermédio das mulheres, cuja posição na hierarquia social — mais do que qualquer outro factor — determinava a escolha da principal esposa e mãe do herdeiro, *indlalifa*. Nos lares polígamos este, após o passamento, era designado pelo conselho de família composto pela mãe e pelos parentes patrilineares do *umnumzana*.

Sendo o herdeiro de menor idade era-lhe designado um tutor ou tutora, geralmente tio ou avó paterna. A morte da mãe não afectava os direitos do *indlalifa*. No caso da principal mulher não ter gerado varões, seleccionava-se como herdeiro o filho de outra esposa do falecido.

A primeira mulher raramente se considerava como principal. Mas o seu primeiro filho era tornado responsável por importantes assuntos familiares e tinha por dever aconselhar o herdeiro.

A feitiçaria e a traição eram julgadas pelos tribunais reais e punidas com a morte e confiscação dos bens pertencentes aos condenados.

*

O *Ingwenyama*, por intermédio dos seus altos dignitários, concedia terras ou sancionava a posse da terra pelos chefes distritais. Estes, por sua vez, distribuíam-na pelos chefes das povoações familiares para a subdividirem pelas suas esposas, filhos casados e filhas adultas.

Em teoria o indivíduo tinha direito a tanta terra quanta pudesse cultivar. Mas a escassez de terras aráveis limitava esse direito e transformava a sua distribuição num índice de posição social.

Tanto o monarca como os chefes distritais possuíam campos cujo cultivo competia aos súbditos, especialmente convocados para o efeito. No que respeita a terrenos de pasto e a vegetais utilitários, mais genericamente compartilhados, os direitos de utilização eram igualmente contro-

lados pelos dirigentes políticos, com geral respeito pelos limites do respectivo distrito.

Só por actos criminosos podiam ser os súbditos permanentemente privados do uso da terra, o que equivalia à expulsão.

*

A maioria da riqueza — medida em termos de esposas, gado, alimentos e trabalho — concentrava-se nas mãos dos dirigentes da aristocracia, não individualmente mas na qualidade de representantes do povo. Recebiam gado, cereais, cerveja, peças de caça, multas, recompensas, tributos, etc.

Em troca dos seus privilégios económicos os dirigentes tinham o dever moral de socorrer o povo em épocas de fome, hospedar com generosidade, sustentar órfãos e indigentes, apresentar os antepassados reais, etc.

Ao gado bovino era concedido extremo valor, como indício mais evidente de riqueza e de posição social. Fornecia alimentação e vestuário, premiava serviços, ratificava o matrimónio, protegia contra conspurcações mágicas, e, enfim, com ele se propiciavam os antepassados-deuses. Uma atitude pronunciadamente afectiva em relação ao gado bovino encontrava expressão em provérbios, adivinhas, poemas laudatórios, etc.

A riqueza em armentio não se distribuía uniformemente: a aristocracia monopolizava-a em detrimento dos plebeus, que na maioria nada possuíam.

Os maiores proprietários dispersavam o seu gado pelos currais de amigos e parentes, talvez para evitar os resultados ruinosos da propagação das epizootias.

Tradicionalmente o homem especializava-se nas tarefas, consideradas superiores, da guerra, da caça e do tratamento do gado. À mulher cabiam, especificamente, os serviços domésticos, a criação dos filhos e a pilagem dos cereais. Ambos os sexos cooperavam no cultivo dos campos e na construção de habitações, celeiros e outras instalações, sendo a contribuição do homem mais espasmódica e enérgica e a da mulher mais monótona e contínua. Havia, no entanto, variações regionais. Segundo Hilda Kuper⁽⁸²⁾, na área da Namaacha, sob a influência Tsonga, aos homens não repugnava encarregar-se de tarefas que, no resto do país, cabiam às mulheres, tais como cobrir os tectos com capim, curtir e coser as peles e entrançar os coadores de cerveja.

As profissões mais especializadas eram as de forjador, ferreiro e as relacionadas com o ritual, a magia e o tratamento de doenças.

De resto as actividades agrárias dos Swazis em pouco se distinguem das típicas dos restantes bantos. Eram muito apreciadas, pela sua fertilidade as terras outrora ocupadas por povoações. A armazenagem dos produtos efectuava-se em cestos, em plataformas ao ar livre e, na área da Namaacha, em celeiros cónicos especiais. Também se recorria ao seu enterramento sob o curral.

A base da alimentação era constituída por milho e mapira, cereais igualmente utilizados na confecção de cerveja. Os frutos, os tubérculos, outros produtos vegetais espontâneos, a caça e bem assim diversos vermes e insectos forneciam importantes complementos. O peixe não era utilizado. O gado era raramente abatido para consumo. O leite, geralmente coalhado, era destinado a crianças e a gente idosa. Na caça, geralmente comunal, cercada de rituais e autorizada pelo *Ingwenyama* durante o tempo fresco, usavam-se lanças, mocas e canídeos especialmente treinados. O arco era praticamente ignorado.

*

Os clãs swazis, patrilineares e constituindo isoladamente a mais vasta extensão do parentesco, dispunham-se numa hierarquia sem carácter rígido. No topo situava-se o clã real, *Nkosi Dlamini*, dentro do qual tinha preeminência a linhagem do monarca, *Mlangeni*. Seguiam-se-lhe os clãs onde haviam saído rainhas-mães, e os que detinham prerrogativas rituais dominantes ou posições hereditárias dentro da orgânica nacional.

Os membros do mesmo clã ocupavam outrora território comum. paulatinamente se foram dispersando, embora ainda se verifique o predomínio de alguns em áreas determinadas: os *Simelane* em *Hlatikulu*, os *Idwandwe* em *Ebulandzeni*, os *Mahlalela* na área da Namaacha.

Embora sem o carácter estrutural verificado entre os Bantos setentrionais, dentro de cada clã operavam linhagens patrilineares paralelas, *usendvo*. Possuía cada um o seu epíteto laudatório, *sibongo*. Certos clãs apresentavam subdivisões de um mesmo clã original. Tal ressaltava do *sinanatelo*, derivado do *sibongo*.

Os clãs e subclãs eram exógamos. Exceptuava-se o clã real, *Nkosi Dlamini*, onde, deliberada e artificialmente, foi introduzida uma subdivisão tendo como finalidade única permitir à aristocracia dirigente ligar-se a mulheres que, segundo as normas gerais, lhe eram proibidas. Os *Cinindza*, *Mamba*, *Dvuba* e *Ngwenya* são ramos dos *Nkosi Dlamini*.

Os membros do mesmo clã observavam tabus, sobretudo alimentares, bem como idênticos rituais relativos ao nascimento, matrimónio e falecimento. Muito embora sem as implicações típicas do totemismo, alguns clãs possuíam ligações rituais com animais ou fenómenos naturais: os *Dvuba* com o pombo; os *Mnisi* com o fogo; os *Maseko* com o pássaro conhecido por *mzupane*.

A povoação familiar, *umuti*, constituía a unidade social básica. Era, em ideal, ocupada pelo chefe, *umnumzana*, sua mãe, mulher ou mulheres, descendentes celibatários, filhos casados e respectivas famílias e ainda quaisquer outros dependentes.

A *umuti* dispunha-se segundo um plano definitivo: no centro, o curral com a entrada voltada para leste, envolvendo-o, em arco, as diversas habitações; na casa principal, *indlukulo*, associada aos espíritos ancestrais e sita do lado oposto à entrada do curral, vivia a mais importante mulher da povoação, a mãe do *umnumzana*. Embora cada esposa ou célula de esposas associadas dispusesse das suas próprias instalações (guarida, cozinha e celeiros) cercadas por uma vedação de caniço, o local da respectiva implantação não seguia o típico e rígido padrão angane, antes dependendo da vontade do *umnumzana*.

Apesar da organização social e familiar conceder importância especial ao parentesco patrilinear (o qual também assume as principais obrigações rituais e económicas) existem efectivos e sólidos laços entre a mãe e seus filhos. Após o casamento destes últimos a primeira compartilha das suas responsabilidades e controla as respectivas esposas e crianças.

Há regras evitativas entre a esposa e os parentes do marido, bem como entre o marido e a respectiva sogra.

*

Toda a organização e todo o comportamento social se encontravam impregnados pelo princípio da hierarquia da idade. A idade era medida por oito estágios do crescimento fisiológico, associados a uma evolução bem definida tanto ritual como linguisticamente.

A circuncisão parece ter sido abolida durante o reinado de *Mbandzeni*, entronizado em 1875. Todavia a tradição oral não faz referência a rituais intrincados e esotéricos semelhantes aos das escolas de iniciação dos Sothos e Tsongas. As raparigas, surgida a primeira menstruação, eram submetidas, no seio da própria família, a íntimos rituais mágicos.

Os adolescentes gozavam de alguma liberdade sexual cumprindo às raparigas, no entanto, evitar a gravidez.

Os homens deviam manter o celibato até os membros do seu regimento serem, pelo rei, colectivamente autorizados a consorciar-se, passando desde então a usar a tradicional coroa de cera.

Só após o casamento eram reconhecidas ao varão inteiras responsabilidades e regalias dentro da estrutura tribal. A posição social da mulher ganhava em realce nas povoações de filhos casados.

As cerimónias matrimoniais variavam com a etnia, o clã, a hierarquia e a localidade das famílias interessadas. Eis as fases mais comuns do primeiro casamento de uma rapariga:

- a) negociações formais entre os representantes das duas famílias;
- b) partida ritual da noiva acompanhada por companheiras e representantes do pai;
- c) dançares e folguedos na povoação do noivo;
- d) fricção do corpo da noiva com argila vermelha (simbolismo do desfloramento) e representação estereotipada da sua mágoa e relutância em deixar a povoação paterna;
- e) oferendas da noiva ao noivo e a determinados parentes e dramatização dos seus deveres como esposa e mãe;
- f) finalmente, a entrega do gado, *ukulobola*.

Segundo Hilda Kuper (⁸²), na área da Namaacha o gado era entregue antes da fricção com argila vermelha. Ao contrário dos puros vangunés, os swazis permitiam e até preferiam os casamentos entre certas categorias de parentes, especialmente quando ambos os nubentes pertenciam ao clã do seu *gogo* (avó paterna ou avô materno). O homem tinha direitos preferenciais em relação às *balamu*, cunhadas ou filhas dos irmãos da sua esposa ou esposas. O casamento entre primos cruzados era permitido mas não encorajado. Se a mulher fosse estéril era complementada por uma irmã classificatória, para produzir descendência; em sua troca a família recebia apenas um pagamento simbólico. Os filhos ilegítimos pertenciam à família da mãe. No caso do homem falecer na condição de solteiro podiam os seus parentes lobolar uma rapariga e fazê-la ter filhos em nome do defunto. As viúvas eram herdadas por um parente patrilinear do falecido, de preferência um irmão mais novo.

Para o homem constituíam causas de divórcio as práticas de feitiçaria e o porte condenável da esposa.

A mulher apenas podia pedir o divórcio com base em repetidas ofensas corporais.

A mulher só devia voltar a casar-se depois do marido aceitar a devolução de parte do gado da compensação nupcial entregue pela respectiva família. O quantitativo de cabeças dependia da duração do casamento e do número e sexo dos filhos gerados.

*

Os velhos gozavam de carinho e veneração, superintendiam na educação dos jovens e dirigiam as cerimónias e os ritos.

Acreditava-se que o indivíduo era formado por dois componentes distintos: carnes, *inyama*, e sopro, *umoya*. Por ocasião da morte a ambos estes componentes devia ser dispensada conveniente atenção. Os cuidados variavam, no entanto, de harmonia com a categoria social do defunto.

O falecimento do *Ingwenyama* só se anunciava publicamente na primavera do ano seguinte ao do infausto acontecimento. Era sepultado numa cave sita no bosque real, juntamente com um bode vivo e alguns objectos pessoais. O luto nacional prolongava-se por um ano.

A *Indlovukati*, caso falecesse após o seu filho, era enterrada sob o curral de gado da capital; em caso contrário deveria a sepultura ser feita em outra povoação.

Os príncipes e alguns dirigentes clânicos eram também sepultados em caves. Os chefes dos clãs Maseko e Simelane eram incinerados sobre lajes, à beira dos rios, crendo-se que a ave totémica se evolava das cinzas. Os chefes das povoações sepultavam-se sob o curral, as mulheres e as crianças na retaguarda das habitações.

Acreditava-se que a morte enfraquecia e conspurcava os indivíduos associados ao defunto, os quais, por esse motivo, deviam ser sujeitos a rituais de purificação. O novo antepassado-deus era oportunamente propiciado e reconduzido para junto dos seus parentes vivos. A palhota do falecido adulto era abandonada e a povoação transferida. O luto das viúvas prolongava-se por três anos; o dos viúvos limitava-se a um ano no caso da primeira e da principal mulher e a um mês no caso das restantes.

*

Embora seja feita ocasional menção a um ser celestial, *Mkulum-ncandi*, a verdadeira religião da maioria dos Swazis era o culto dos

antepassados, *emadloti*. Julgavam-se possuidores de poderes sobrenaturais e interessados na saúde e prosperidade da sua parentela. Apareciam em sonhos ou sob a forma de serpentes. Tais manifestações só podiam ser interpretadas pelos adivinhos.

A serpente *mamba* encarnava os monarcas do passado.

A propiciação era levada a efeito pelos descendentes dos *emadloti*, os quais mantinham na existência extraterrena uma posição hierárquica semelhante àquela a que pertenciam enquanto vivos.

Evocavam-se em todos os acontecimentos importantes. Os espíritos dos monarcas defuntos eram propiciados pelo *Ingwenyama* quando se encontravam em causa a prosperidade e o bem-estar de toda a nação. As preces eram de carácter espontâneo e informal, geralmente acompanhadas por oferendas de carne ou cerveja. Todos os chefes de família conservavam sob reserva um bovino especial, *licabi*, dedicado aos antepassados. O monarca dispunha também de uma manada sagrada, *nfukwane*, donde eram retiradas as cabeças a abater para obtenção do unguento mágico com que se friccionava juntamente com sua mãe e com a esposa ritual oriunda do clã Matsebula.

O sol e a lua eram personificados sob a forma de um casal misticamente ligado ao destino humano. O monarca identificava-se com o sol durante a grande cerimónia nacional da *incwala*. As fases da lua associavam-se a acontecimentos significativos.

A chuva considerava-se como um fenómeno natural distinto, susceptível de ser controlado por complexas práticas mágicas reservadas ao monarca e à rainha-mãe e, excepcionalmente, ao chefe do clã Magagule.

*

A cerimónia nacional de maior relevância denominava-se *incwala*. Tem recebido variadas interpretações. Prerrogativa exclusiva do monarca não podia ser realizada durante as regências ou enquanto o herdeiro do trono fosse menor. Além do *Ingwenyama* deviam participar na grande cerimónia a rainha-mãe, as duas rainhas rituais, os *tinsila*, os príncipes *Dlamini* e os diversos regimentos. O ritual era dirigido por dignitários nacionais a quem competia recolher água do mar e dos principais rios do país para entrar na composição dos ingredientes sagrados.

Os próprios príncipes *Dlamini* não deviam penetrar no recinto onde o monarca se submetia a medicações-mágicas. Determinados chefes clânicos encontravam-se proibidos de assistir à cerimónia embora devessem enviar representantes. Os estrangeiros eram excluídos de certas fases dos rituais.

Compunha-se de duas partes: a Pequena e a Grande *Incwala*. A primeira durava dois dias e iniciava-se na lua nova quando, de harmonia com a cosmologia swazi, o sol atingia o lugar de repouso na sua viagem bianual através do céu; simbolizava o rompimento com o ano velho e os preparativos para o ano novo. A segunda começava na lua cheia e prolongava-se por seis dias; deixava o rei simbolicamente renascido e o seu povo fortificado para o futuro. Cada dia recebia diferente designação:

Lusekwane — Danças e canções rituais, pelos regimentos mais antigos, no curral de gado da capital, encontrando-se presente o monarca. Os regimentos de celibatários procediam à colecta de ramos de *lusekwane*, planta de verdura permanente que se suponha murchar quando tocada por homens sexualmente impuros, isto é, os que, embora solteiros, tivessem engravidado alguma mulher.

Inhlambelo — O recinto sagrado do rei era cercado com *lusekwane*; os regimentos repousavam enquanto o monarca era medicado.

Kuluma — O *Ingwenyama*, já fortificado, mordiscava alimentos ainda verdes, juntamente com a família real e altos dignitários, procedendo seguidamente a uma representação que simbolizava o rompimento com o passado.

Kutila — O comportamento normal tornava-se tabu, considerando-se o rei conspurcado com perigosos poderes. A rainha-mãe, as co-esposas e o monarca eram medicados e pintados com simbolismos lunares.

Kushisa Lukhuni — O monarca lavava-se das pinturas com que havia sido ornamentado e, numa purificação final, queimava no curral de gado vários objectos representando o ano velho; o dia terminava em festa, com danças e cantos comunais.

Era essencial o sacramento das primícias do milho, das abóboras e da cana-de-açúcar. Por se considerar perigosíssimo o derramamento de sangue os homens eram proibidos de transportar armas.

*

Nas situações mais graves fazia-se apelo a especialistas que se podiam dividir em dois grandes grupos: herbanários e médicos-mágicos, *tinanga temitsi*, e adivinhos, *tangoma*. A primeira profissão era abraçada

voluntariamente, empregando técnicas herdadas ou aprendidas e recorrendo não só a práticas mágicas mas também a vegetais e substâncias naturais com valor terapêutico. A segunda era desempenhada por indivíduos sujeitos a crises de possessão que, independentemente da sua vontade, haviam recebido inspiração sobrenatural por parte dos espíritos dos antepassados.

Os adivinhos eram incomparavelmente mais poderosos e respeitados. Depois das terríveis experiências físicas e emocionais que o estigmatizavam, era o neófito entregue aos cuidados de um profissional que o submetia a longo e árduo treino. Numa cerimónia pública, *umhlahlo*, era-lhe finalmente concedida autonomia. Os adivinhos recorriam a várias técnicas mas a mais apreciada era, sem dúvida, a inspiração directa pelo espírito possessivo. Os ossículos divinatórios, utilizados com menos frequência, foram introduzidos por Sothos e Tsongas. Hilda Kuper⁽⁸²⁾ revela que à data das suas investigações, a cerimónia *umhlahlo* era ainda realizada na área da Namaacha. O ordálio venenoso, *umbondvo*, era colhido em território moçambicano.

Os espíritos que se apoderavam dos adivinhos não provinham apenas de amigos ou parentes; podiam também ter carácter maligno e pertencer a inimigos ou a animais. Nestes casos, o possesso falava diversas línguas ou reproduzia vozes animais. Só os espíritos *madzawe* especializavam o possesso na adivinhação pelo fâro, *kufemba*, crença introduzida, sem dúvida, por intermédio de elementos tsongas provenientes de Moçambique.

A morte, determinadas doenças e a maioria dos infortúnios eram frequentemente atribuídas a feitiçarias e a práticas de magia negra. Acreditava-se que a propensão para a primeira se transmitia por via materna e que as feiticeiras se agrupavam hierarquicamente com base nos seus feitos malignos. Embora agissem na escuridão, teriam durante o dia, consciência dessa perniciosa actividade nocturna.

As substâncias usadas na magia negra, socialmente condenável, obtidas junto de alguns *tinyanga*, designavam-se por *batsi*, veneno.

Certas práticas de magia destrutiva, *lizekwa*, eram aprovadas pela ética social, como, por exemplo, as que visavam punir os crimes de homicídio, roubo e adultério.

As acusações de feitiçaria e magia negra constituíam seguro indício de tensões sociais.

Recebiam condenação geral os assassinatos cometidos com a finalidade de obter ingredientes extraídos do corpo humano para confecção

de potentes medicamentos-mágicos destinados a aumentar a fertilidade do solo e a conseguir projecção e riqueza pessoal.

*

A tradição oral dividia-se em louvores de forma poética, *Kubongo*, e narrações em prosa, *Kutekela*.

Os poemas laudatórios, *tibongo*, descreviam e elogiavam as actividades dos dirigentes, tanto passados como presentes, sendo recitados por arautos em cerimónias nacionais.

A prosa assumia várias formas transmitidas de geração em geração: mitos, lendas, fábulas e contos de animais.

*

O Si-Swati é bastante semelhante ao Zulu: as diferenças existentes são sobretudo fonéticas. Doke indica como principais dialectos o Bhaca e o Mfengu. Na área da Namaacha fala-se um terceiro dialecto, o Sibaha, influenciado pelo Tsonga. As variações entre os dialectos reconhecem-se, sobretudo, pelo vocabulário.

*

As habitações tinham a forma de colmeia, com uma entrada baixa, em arcada. O mobiliário limitava-se a esteiras. As palhotas de tipo sotho eram cónicas e de pau-a-pique, confeccionando-se a cobertura separadamente. Já na área da Namaacha as moradias revelam influência tsonga com pendentes goteiras de capim e plataformas interiores.

O artesanato utilitário era pobre; o artístico limitava-se a pouco mais do que aos entrelaçados de missangas, com desenhos simbólicos. O vestuário confeccionava-se com peles, sendo desconhecidos os tecidos de casca de árvore. Aos ornamentos e aos penteados era dada especial importância.

Tinham instrumentos de percussão, de sopro e de corda. As matracas e os chocalhos gozavam de grande popularidade nas danças. Os escudos constituíam o principal instrumento de percussão. Os tambores representavam uma inovação introduzida por Sothos e Tsongas, sendo empregados unicamente nas práticas exorcistas. Os maiores instrumentos de sopro, confeccionados com chifres, utilizavam-se nas convocações. Usavam

também flautas de caniço. Os instrumentos de corda eram derivados do arco bosquímano.

Os instrumentos raramente serviam de acompanhamento aos cantos. Nestes era o bater das palmas que acentuava o ritmo.